



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

EDITAL

PREÂMBULO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2023
PROCESSO Nº 255/2023
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2023

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
SETOR: Departamento de Serviços Públicos
MODALIDADE: Pregão
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global

PRAZO MÁXIMO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
Rua Ver. Juvenal Leme Mourão, 770, Centro, Sta. Cruz Conceição.

Até o dia 16/08/2023 às 9:00 horas;

O PREGÃO será realizado DIA 16 DE AGOSTO DE 2023, COM INÍCIO ÀS 09:10 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, quando deverão ser apresentados, no início, os DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, A DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E OS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, com redação nova dada pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais legislações vigentes e pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 1.983 de 01/08/2014, bem como as condições constantes deste Edital e dos demais documentos que o integram.

Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e os envelopes de documentação e proposta, poderão ser entregues no protocolo da Prefeitura Municipal, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, até o dia e horário aprazados no presente Edital.



I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação pelo prazo de 12 meses de empresa especializada para prestação de serviço continuado de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos (residenciais, públicos, comerciais e similares) das classes IIA e IIB, de acordo com a norma NBR 10.004, em aterro sanitário ou usina de tratamento licenciada pela CETESB, pelo regime de empreitada por preço global.

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar da presente licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste certame e que atenderem às exigências atribuídas no presente edital.

2.2 - Os licitantes ficam previamente cientificados que todas as informações lançadas no edital e nos anexos são complementares entre si e integram as regras e especificações que norteiam o certame.

III - DO CREDENCIAMENTO (FORA DO ENVELOPE)

3.1 Para o credenciamento deverá ser apresentada, tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.1.1 -Será admitido apenas 1 (**um**) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.1.2 - No caso de haver o mesmo representante para matriz/filial o mesmo não poderá concorrer com ambas no mesmo item, ou seja, deverá ofertar lances com Matriz e Filial em itens distintos.

3.2 O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.



3.3 Sendo o representante sócio ou dirigente da empresa licitante ou para comprovação de autenticidade da procuração, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo ato constitutivo ou documento no qual estejam expressos os poderes dos sócios / administradores.

3.4 Deverá ser apresentada fora dos envelopes A e B a declaração informando o pleno atendimento aos requisitos de credenciamento em papel timbrado da empresa, conforme modelo do Anexo II.

3.5 Declaração (Anexo III), na qual a empresa licitante, sob as penas da Lei, declare que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso.

IV – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

4.1 O atraso injustificado deste contrato sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, sujeitará à Contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I – multa de 10 % até o 30º dia de atraso;

II – multa de 15 % a partir do 31º dia de atraso até o 45º dia de atraso;

III – multa de 20 % a partir do 46º dia de atraso restando caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

4.2 As sanções aplicadas poderão ser descontadas diretamente do respectivo pagamento devido ao contratado.

4.3 A quitação de qualquer sanção imposta pela administração à contratada não a exime de outras reparações por eventuais danos, e/ou prejuízos que seu ato venha acarretar e nem de penalidades subsequentes.

4.4 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope A - Proposta

Pregão nº 042/2023

Processo Licitatório nº 122/2023

Processo n.º 255/2023

Licitante: _____

Envelope B - Habilitação

Pregão nº 042/2023

Processo Licitatório nº 122/2023

Processo n.º 255/2023

Licitante: _____

5.2 - Aberto o primeiro envelope “proposta” não será mais permitido o ingresso de novos licitantes.

5.2 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor responsável da Prefeitura Municipal, **sendo que não serão realizadas autenticações no momento do certame, mas sim até 01 (uma) hora antes do início da sessão.**

5.5 - Poderão ainda, para agilizar os trabalhos na sessão do Pregão, as licitantes apresentarem a proposta comercial de maneira eletrônica, conforme abaixo especificado:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

- a. Deverá ser solicitado ao Setor de Licitações, através do e-mail licitacao@santacruzdaconceicao.sp.gov.br o envio do arquivo para que o licitante elabore sua proposta eletrônica.
- b. O licitante que optar pela “Proposta Eletrônica”, deverá entregar o arquivo preenchido eletronicamente, gravado em um PenDrive, juntamente com a Proposta impressa, que deverá constar do envelope A – PROPOSTA.
- c. Em caso de divergência entre o conteúdo da proposta impressa e a cadastrada em sistema, prevalecerá a proposta impressa.

VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) número do processo, processo licitatório e do Pregão;
- c) descrição do objeto da presente licitação, **com a indicação de marca ou origem**, quando se tratar de produto;
- d) preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.2 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

VII – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.1 – Os documentos relacionados neste item que tiverem sido apresentados no credenciamento deste Pregão, não precisarão constar do Envelope "Habilitação".

7.1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
 - c.1) Deverá o licitante comprovar Regularidade Fiscal perante o Estado Federado, assim entendida Regularidade de Débito e de Dívida Ativa através de todas as Certidões emitidas pelo ente através de suas Secretarias e Procuradorias, sendo imprescindível comprovação de regularidade fiscal condizente com objeto da licitação.
 - c.1.1) Poderá o Licitante apresentar apenas a Certidão Conjunta dos estados em que a emissão da Certidão de Regularidade de Débitos e Dívida Ativa for emitida de forma unificada.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

c.2) Quando a Certidão emitida pelo Município sede não for conjunta, isto é, abranger os tributos mobiliários e imobiliários, deverá o licitante comprovar através de certidão negativa ou equivalente na forma da lei a regularidade dos tributos mobiliários da sua sede.

d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração. (Anexo V)

b) Declaração de que recebeu todos os documentos, e tomou conhecimentos de todas as informações e condições locais para o integral e efetivo cumprimento de suas obrigações. (Anexo IV)

c) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Decreto 4.358 de 05.09.2002 que disciplinou o inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666/93 (Anexo VI).

7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.2.2 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

a) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta nos itens 7.1.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1 No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.2 Para o respectivo credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a documentação e os envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.3 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.4 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem valor baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.5 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.6 Para efeito de seleção será considerado o valor total.

8.7 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.7.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.8 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 100,00 (cem reais), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total do item.

8.9 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.10 Após a etapa de lances serão classificadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores.

8.11 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.12 Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.12.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião da abertura do respectivo processo.

8.12.2. Considera-se aceitável a proposta cujo valor não exceda a média auferida pela pesquisa de preços, publicada nas mesmas datas e nos mesmos veículos deste instrumento.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

8.13 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.14 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.14.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.14.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.15 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.16 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

IX — DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

9.1. Documentação:

9.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, artigo 43 da LC n.º 123/06.

9.1.2. § 1º - Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.3. A não regularização da documentação neste prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.2. Julgamento:

9.2.1. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos da LC n.º 123/06 e LC 147/14.

9.2.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.2.3. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma, artigo 45 da LC n.º 123/06:

9.2.3.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de menor preço àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.2.4.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC n.º 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.2.4.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC n.º 123/06, será



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.2.4.4. no caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

X - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

10.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 Só serão aceitos recursos e/ou contrarrazões protocolados na Secretaria da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Vereador Juvenal Ieme Mourão, 770, Centro de Santa Cruz da Conceição / SP, ou ainda encaminhadas via correios, desde que entregues dentro do prazo estipulado para recurso/contrarrazão, não sendo aceitos documentos enviados por e-mail.

XI - DA CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

11.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de Ata de Registro de Preços.

11.1.1 - Se, por ocasião da assinatura da ata, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 11.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2 Quando a Detentora da Ata, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o respectiva Ata ou retirar/receber o instrumento equivalente, ficará sujeita às penalidades previstas, bem como serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

11.3 O acompanhamento e fiscalização do presente contrato serão executados pelo Diretor do Departamento de Serviços Públicos.

XII – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1 Empresa contratada deverá tratar e fazer o destino final de cerca de 84 toneladas mensais aproximadamente (7 toneladas diárias e 21 toneladas semanal aproximadamente) de resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição das classes IIA e IIB, de acordo com as normas referentes ao assunto, em especial a norma NBR 8419, em Aterro Sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

12.1.2 Empresa contratada deverá apresentar à municipalidade (setor de Execução de Serviços Públicos, que fará integralmente a fiscalização para o cumprimento integral deste item do presente Termo de Referência) no ato da sua contratação as Licenças de Instalação e Operação emitidas pela CETESB para o pleno desenvolvimento de suas atividades visando garantir ao Poder Público Municipal a sua exclusão das responsabilidades jurídica, econômica, social e ambiental dos possíveis impactos causados pelo tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição.

12.1.3. A empresa contratada informará mensalmente (até primeiro dia útil do mês subsequente), ao Setor Municipal de Execução de Obras, por meio da expedição de nota fiscal da quantidade de resíduos tratados no destino final, assim como o custo financeiro destas ações.

12.1.4. O pagamento desta nota fiscal ocorrerá em até 30 (trinta dias) após a expedição e validação da nota pelo Setor Municipal de Execução de Obras.

12.2. DO TRANSPORTE DOS RESÍDUOS

12.2.1. O transporte dos resíduos sólidos urbanos do Município será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição. Sendo assim, faz-se necessária a inclusão do custo com o transporte, considerando que poderão participar do presente certame licitantes de várias localidades.

12.2.2. O custo do quilômetro rodado com veículo que irá realizar o transporte dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição compreende a hora trabalhada do motorista, manutenção do veículo e o consumo médio de combustível.

12.3. TODOS OS SERVIÇOS PRESTADOS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)

XIII – DA CONTRATAÇÃO

13.1 – Constatando irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

- a) a respeito da especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) a respeito da diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- c) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

13.2 - A Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição, reserva-se o direito de não receber os produtos e serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o respectivo contrato e aplicar as sanções cabíveis.

13.3 - A contratada é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, produtos e em que se verifiquem irregularidade.

13.4 - O acompanhamento e fiscalização do presente processo será executado pelo Diretor do Departamento de Serviços Públicos do Município de Santa Cruz da Conceição-SP.

XIV - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado conforme o número de horas aula que o profissional fez no mês subsequente ao da prestação de serviço, 30 dias após a emissão da nota fiscal, junto ao Departamento de Compras.

14.2. As Licitantes vencedoras deverão enviar o arquivo XML da NOTA FISCAL ELETRÔNICA para o e-mail: nfe@santacruzdaconceicao.sp.gov.br .

14.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

14.4. As despesas com a execução das aquisições deste processo serão suportadas pela dotação orçamentária de 2022 que segue:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Ficha 294

013401 – SERVIÇOS PÚBLICOS

Elemento Econômico – 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Funcional Programática – 15.452.9528.2545.0000 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública

R\$ 173.771,00

XV – DO REAJUSTE (art. 40, inc. XI)

15.1 O reajuste, caso venha a ocorrer eventual prorrogação contratual, será realizado de acordo com o INPC, após 12 meses da data da apresentação da proposta, considerando-se, para fins de determinação da data base, o primeiro dia seguinte ao último dia previsto para a validade da proposta apresentada.

XVI – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

17.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

17.3. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

17.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal até 30 dias após sua entrega, após o referido prazo, o mesmo será descartado.

17.5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.5.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.

17.5.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.5.3. No caso de impugnação deverá ser feito mediante documento elaborado em papel timbrado do impugnante, contendo todos os dados inclusive contato do mesmo, devendo ser protocolado na sede da Prefeitura Municipal, não sendo aceito impugnações via e-mails.

17.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

17.7. Integra o presente Edital:

Anexo I – Termos de referência;

Anexo II – Declaração de cumprimento dos plenos atendimentos dos requisitos de habilitação;

Anexo III – Declaração de enquadramento na Lei de ME EPP;

Anexo IV – Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo V – Declaração de que tomou conhecimento das exigências editalícias

Anexo VI – Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz

Anexo VII – Declarações para Habilitação

Anexo VIII – Minuta do contrato

17.8. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de três dias



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

17.9. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.E. de 18 de julho de 2002.

17.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Leme do Estado de São Paulo.

Santa Cruz da Conceição, 26 de julho de 2023.

CARLOS EDUARDO ARANHA DE ALBUQUERQUE

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo nº 255/2023

Processo de Licitação nº 122/2023

Pregão Presencial nº 042/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Este documento foi elaborado com base nas Leis Federal nº12.305/2010, Estadual nº 12.300/2006 e Municipal nº 1.769/2015, que trata da política de tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação pelo prazo de 12 meses de empresa especializada para prestação de serviço continuado de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos (residenciais, públicos, comerciais e similares) das classes IIA e IIB, de acordo com a norma NBR 10.004, em aterro sanitário ou usina de tratamento licenciada pela CETESB, pelo regime de empreitada por preço global.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DOS SERVIÇOS

Considerando que é dever do Poder Público Executivo Municipal prestar os serviços públicos essenciais necessários, promovendo a coleta de forma regular, adequada e satisfatória.

Considerando de acordo com o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos aprovado pela Lei Municipal nº 1.769/2015 (Aprova do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos), que o Município de Santa Cruz da Conceição tem uma produção estimada em 1.300 toneladas/ano de resíduos sólidos urbanos.

Considerando o enorme potencial poluidor dos resíduos sólidos urbanos e a ilegalidade de serem destinados em local não adequado e licenciado ambientalmente.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Considerando ainda a possibilidade de aplicação de multas diárias e demais sanções legais à municipalidade pelos órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização do assunto, inviabilizando assim no contexto técnico e econômico o transporte, armazenagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Desta forma, denota-se a necessidade da contratação de empresa especializada no tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição.

2.1 Dos Benefícios Diretos e Indiretos

Os serviços solicitados vão atuar diretamente no tratamento e destino final de resíduos sólidos urbanos gerados no município de Santa Cruz da Conceição, garantindo o cumprimento legal e técnico da política municipal de resíduos sólidos.

Já como benefícios indiretos, temos a garantia da continuidade dos serviços executados anteriormente pela municipalidade e, principalmente, assegurar que essas atividades não causem nenhum impacto significativo ao Meio Ambiente.

2.2 Conexão entre a contratação e o Planejamento existente

Salientamos que os objetos deste Termo de Referência serão realizados em prazo certo e determinado, indo ao encontro, portanto com o artigo 23, inciso IX da constituição federal que confere ao poder público local, portanto aos municípios, a responsabilidade de realizar a gestão sobre as questões do saneamento básico (Resíduos Sólidos Urbanos) e assim da Lei Municipal nº 1.769/2015 (Aprova do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos).

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Empresa contratada deverá tratar e fazer o destino final de cerca de 84 toneladas mensais aproximadamente (7 toneladas diárias e 21 toneladas semanal aproximadamente) de resíduos sólidos urbanos do Município de Santa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Cruz da Conceição das classes IIA e IIB, de acordo com as normas referentes ao assunto, em especial a norma NBR 8419, em Aterro Sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

3.2 Empresa contratada deverá apresentar à municipalidade (setor de Execução de Serviços Públicos, que fará integralmente a fiscalização para o cumprimento integral deste item do presente Termo de Referência) no ato da sua contratação as Licenças de Instalação e Operação emitidas pela CETESB para o pleno desenvolvimento de suas atividades visando garantir ao Poder Público Municipal a sua exclusão das responsabilidades jurídica, econômica, social e ambiental dos possíveis impactos causados pelo tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição.

3.3. A empresa contratada informará mensalmente (até primeiro dia útil do mês subsequente), ao Setor Municipal de Execução de Obras, por meio da expedição de nota fiscal da quantidade de resíduos tratados no destino final, assim como o custo financeiro destas ações.

3.4. O pagamento desta nota fiscal ocorrerá em até 30 (trinta dias) após a expedição e validação da nota pelo Setor Municipal de Execução de Obras.

4. DO TRANSPORTE DOS RESÍDUOS

4.1. O transporte dos resíduos sólidos urbanos do Município será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição. Sendo assim, faz-se necessária a inclusão do custo com o transporte, considerando que poderão participar do presente certame licitantes de várias localidades.

4.2. O custo do quilômetro rodado com veículo que irá realizar o transporte dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição compreende a hora trabalhada do motorista, manutenção do veículo e o consumo médio de combustível.

5. DO CUSTO DO KM RODADO NA PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A forma de julgamento do presente certame será o de “menor preço global”.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Considerando que o transporte dos resíduos será feito pela Prefeitura Municipal, é imprescindível para o atendimento da economicidade deste Pregão considerar seu custo.

5.2. Sendo assim, o preço global da proposta deverá ser apresentado de acordo com a seguinte equação:

PREÇO GLOBAL = VALOR DA TONELADA DOS RESÍDUOS +
(QUANTIDADE DE KM RODADO X R\$ 2,62 (CUSTO DO KM RODADO)).

5.3. Sendo que a quantidade de quilômetros rodados compreende a distância de ida e volta entre o Município de Santa Cruz da Conceição e o destino final onde serão depositados os resíduos.

5.4. O custo do quilômetro rodado foi apurado pela Prefeitura Municipal, sendo o valor de R\$ 2,62 (Dois reais e sessenta e dois centavos).

5.5. Será utilizado somente para fins de julgamento o menor valor apresentado do resultado da equação do presente edital.

5.6. O valor que constará no contrato a ser firmado com a licitante vencedora será o da tonelada dos resíduos.

Santa Cruz da Conceição, 21 de junho de 2023.

Diretor do Departamento de Serviços Públicos



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Calculo de gasto de viagem:

Combustível: 3,5 km por litro de Diesel S10 – R\$ 5,00 / 3,5 = R\$ 1,42 por km.

Pneus: R\$ 0,44 por km rodado

Manutenção Mecânica: R\$ 0,25 por km rodado

Lubrificantes: R\$ 0,15 por km rodado

Serviço de limpeza e lubrificação: R\$0,15 por km rodado

*** O cálculo acima tem como base os preços registrados nos processos licitatórios vigentes.

Total de R\$ 2,41 de gasto por km, com o veículo.

Base de cálculo de gasto com motorista:

Salário de motorista: R\$ 2.100,00 (salário base + adc insalubridade)

Estimativa de gasto de 40h mensais com viagem, para destinação de lixo.

Estimativa de 2.000 km mensais de rodagem para destinação final de lixo

$2.100/200 \text{ (h/m)} = 10,5$

$10,5 * 40 = 420$

$420/2000 = 0,21$

$2,41 \text{ (gasto com veículo)} + 0,21 \text{ (gasto com motorista)}$

R\$ 2,62 de custo por km rodado.

Diretor do Departamento de Serviços Públicos

Diretor do Departamento de Transportes Públicos



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo nº 255/2023

Processo de Licitação nº 122/2023

Pregão Presencial nº 042/2023

ANEXO II

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA EMPRESA),
CNPJ Nº _____, sediada
_____(endereço completo), declara, sob as penas da
lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos
integrantes dos envelopes “B”, sob pena de sujeição às penalidades previstas
no instrumento convocatório do **Pregão Presencial nº 042/2023**.

_____, ____ de _____ 2023.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo nº 255/2023

Processo de Licitação nº 122/2023

Pregão Presencial nº 042/2023

ANEXO III

(Minuta de declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06)

A _____ (nome da licitante), qualificada como microempresa (ou empresa de pequeno porte) por seu representante legal (doc. Anexo), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ declara

para os devidos fins de direito que pretende postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura da Ata e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo n° 255/2023

Processo de Licitação n° 122/2023

Pregão Presencial n° 042/2023

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA
EMPRESA), CNPJ N° _____, sediada
_____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório **Pregão
Presencial n° 042/2023**, estando ciente e de acordo da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ 2023.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo n° 255/2023

Processo de Licitação n° 122/2023

Pregão Presencial n° 042/2023

ANEXO V

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA
EMPRESA), CNPJ N° _____, sediada
_____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que
recebeu e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para
o integral e efetivo cumprimento de suas obrigações

_____, de _____ 2023.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo n° 255/2023

Processo de Licitação n° 122/2023

Pregão Presencial n° 042/2023

ANEXO VI

DECLARAÇÃO item 14

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n°..... e do CPF n°, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

(representante legal)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo n° 255/2023

Processo de Licitação n° 122/2023

Pregão Presencial n° 042/2023

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que a empresa _____, cadastrada no CNPJ n° _____ tem disponibilidade ou reúne condições de apresentar documentação técnica abaixo relacionada, no ato da assinatura do contrato:

a) Apresentar as Licenças de Instalação e Operação emitidas pela CETESB

Local, Data

Representante Legal



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

Processo n° 255/2023

Processo de Licitação n° 122/2023

Pregão Presencial n° 042/2023

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular, por esta e na melhor forma de direito, as partes a seguir qualificadas, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO, com sede em Santa Cruz da Conceição, Estado de São Paulo, a Rua Ver. Juvenal Leme Mourão, 770 - CEP 13625-000, inscrita no CNPJ (MF) sob n. 44.751.725/0001-97, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Carlos Eduardo Aranha de Albuquerque, e de outro lado como CONTRATADA, a empresa, com sede à Rua, cidade de, inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo senhor, com R. G. n.º, com CPF/MF n.º, residente e domiciliado em, Estado de, têm entre si, como justo e contratado o que segue, tendo em vista que ser esta a vencedora na licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 042/2023.

I - O presente contrato tem por objeto a contratação pelo prazo de 12 meses de empresa especializada para prestação de serviço continuado de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos (residenciais, públicos, comerciais e similares) das classes IIA e IIB, de acordo com a norma NBR 10.004, em aterro sanitário ou usina de tratamento licenciada pela CETESB, pelo regime de empreitada por preço global.

II - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços pelo valor global de R\$ _____, ____ (_____).



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

2.2. O pagamento das despesas decorrentes da presente licitação será efetuada pelo município em até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão de nota fiscal/fatura da prestação de serviços, na forma de Boleto ou Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, com os devidos atestes do responsável pelo acompanhamento.

2.3. O pagamento será suspenso quando a contratado não entregar o objeto na totalidade em que lhe é devido, ou não refazer total ou parcialmente o objeto quando solicitado pela Administração.

2.4. No valor ajustado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos e indiretos, necessários ao integral cumprimento das obrigações previstas no objeto deste contrato pela CONTRATADA.

2.5. Todas as Notas Fiscais emitidas deverão ser eletrônicas e enviadas para o e-mail nfe@santacruzdaconceicao.sp.gov.br para contabilização e pagamento.

III - DA ENTREGA DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1 Empresa contratada deverá tratar e fazer o destino final de cerca de 84 toneladas mensais aproximadamente (7 toneladas diárias e 21 toneladas semanal aproximadamente) de resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição das classes IIA e IIB, de acordo com as normas referentes ao assunto, em especial a norma NBR 8419, em Aterro Sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

3.1.2 Empresa contratada deverá apresentar à municipalidade (setor de Execução de Serviços Públicos, que fará integralmente a fiscalização para o cumprimento integral deste item do presente Termo de Referência) no ato da sua contratação as Licenças de Instalação e Operação emitidas pela CETESB para o pleno desenvolvimento de suas atividades visando garantir ao Poder Público Municipal a sua exclusão das responsabilidades jurídica, econômica, social e ambiental dos possíveis impactos causados pelo tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

3.1.3. A empresa contratada informará mensalmente (até primeiro dia útil do mês subsequente), ao Setor Municipal de Execução de Obras, por meio da expedição de nota fiscal da quantidade de resíduos tratados no destino final, assim como o custo financeiro destas ações.

3.1.4. O pagamento desta nota fiscal ocorrerá em até 30 (trinta dias) após a expedição e validação da nota pelo Setor Municipal de Execução de Obras.

3.2. DO TRANSPORTE DOS RESÍDUOS

3.2.1. O transporte dos resíduos sólidos urbanos do Município será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição. Sendo assim, faz-se necessária a inclusão do custo com o transporte, considerando que poderão participar do presente certame licitantes de várias localidades.

3.2.2. O custo do quilômetro rodado com veículo que irá realizar o transporte dos resíduos sólidos urbanos do Município de Santa Cruz da Conceição compreende a hora trabalhada do motorista, manutenção do veículo e o consumo médio de combustível.

3.3. TODOS OS SERVIÇOS PRESTADOS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL)

IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas com a execução deste contrato serão alocadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Ficha 294

013401 – SERVIÇOS PÚBLICOS

Elemento Econômico – 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Funcional Programática – 15.452.9528.2545.0000 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública

R\$ 173.771,00

V DAS SANÇÕES (art. 40, III)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

5.1. A empresa contratada que deixar de cumprir o contrato sujeitar-se-á a multa de 20 % sobre o valor total do objeto, a está adjudicado.

5.2. Em caso de atraso injustificado deste contrato sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, sujeitará à Contratada à multa de mora sobre o valor total do contrato, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I - multa de 10 % até o 30º dia de atraso;

II - multa de 15 % a partir do 31º dia de atraso até o 45º dia de atraso;

III - A partir do 46º dia de atraso estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sujeitando-se a aplicação de multa prevista no item 3 deste edital.

5.3. As sanções aplicadas poderão ser descontadas diretamente do respectivo pagamento devido ao contratado.

5.4. A quitação de qualquer sanção imposta pela administração à contratada não a exime de outras reparações por eventuais danos, e/ou prejuízos que seu ato venha acarretar e nem de penalidades subsequentes.

VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se pela completa execução dos serviços ora contratados, sem qualquer custo para a CONTRATANTE;

6.2. Fornecer, por sua conta e risco exclusivo, a mão-de-obra destinada à perfeita execução do objeto do presente instrumento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos acarretados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução dos serviços ora ajustados;

6.3. A CONTRATADA assume e se responsabiliza por todos os encargos e responsabilidades que, direta ou indiretamente decorram do objeto do presente contrato, principalmente pelo recolhimento de tributos em geral, em especial, o Imposto Sobre Serviços (ISS), as contribuições sociais, os encargos trabalhistas e previdenciários, e os demais encargos necessários ao cumprimento das obrigações constantes deste instrumento.

6.4. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do presente contrato, as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

exigidas e apresentadas no processo licitatório referente à prestação de serviços ora contratada.

6.5. Caberá o Diretor do Departamento de Serviços Públicos, a fiscalização dos serviços prestados pela empresa contratada, a qual deverá ser fornecida todas as informações solicitadas.

6.6. Sempre que solicitado, a contratada deverá prestar esclarecimentos e atender a reclamações que possam surgir durante a execução do contrato.

VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Fornecer informações e dados para perfeita concretização dos serviços ora contratados;

7.2. Efetuar os pagamentos acordados, nos termos e condições ora pactuados.

7.3. Manter todas as condições demonstradas na fase de habilitação da presente licitação, durante todo o período de execução do objeto e eventuais renovações.

VIII - DOS CASOS DE RECISÃO

8.1. O presente contrato ficará rescindido de acordo com os artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

IX - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato está diretamente vinculado com o processo nº 255/2023, processo de licitação nº 122/2023 referentes ao Pregão presencial nº 042/2023, sendo sua proposta comercial e o respectivo edital partes integrantes do presente ajuste.

9.2. O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado.

X - A celebração deste contrato não implica em nenhum tipo de sociedade, associação, consórcio ou parceria, não podendo nenhuma das partes assumir qualquer tipo de obrigação em nome da outra.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Estado de São Paulo

XI – As partes elegem o foro da Comarca de Leme, Estado de São Paulo, como único competente para decidir questões relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

XII – Neste ato, declara a Contratada, sob as penas da Lei que mantêm todas as condições demonstradas na fase de habilitação da presente licitação, e que se responsabiliza em manter esta condição durante todo o período de execução do objeto.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em 4 vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que possa produzir os efeitos de direito.

Santa Cruz da Conceição, de _____ de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO
CARLOS EDUARDO ARANHA DE ALBUQUERQUE – Prefeito Municipal

EMPRESA VENCEDORA

Nome do Responsável pela Assinatura

Cargo/ Função do Assinante

Santa Cruz da Conceição, de _____ de 2023.

Contratante

Contratada

Testemunhas: _____